MAUS-TRATOS E CRIMES CONTRA ANIMAIS: INVESTIGAÇÃO E PUNIÇÃO

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Valdicleia De Jesus Santana
Maria Gabriela Peixoto Oliveira
Júlia Teles Goulart
Anderson Aparecido Luiz
Aline Duarte Bonoli Uliana

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNINOVE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Introdução

A Lei de Proteção Animal vem passando por várias mudanças ao longo do tempo, devido a crescente preocupação com o bem-estar dos animais e ela vem se tornando mais rígidas para aumentar a conscientização sobre o cuidado e proteção aos animais. Iniciou com o primeiro decreto nº 24.645 do ano de 1934 e recentemente o caso cachorro Joca falecido durante uma viagem de avião onde reacendeu o debate sobre o transporte aéreo de animais, hoje temos um projeto de Lei 4152/2024 analisa a trajetória da legislação animal e as inovações trazidas. Abordaremos de forma superficial, alguns pontos cruciais para a proteção dos animais em nosso ordenamento jurídico através da história.

Objetivo

Mostrar a importância dos direitos na defesa da causa animal e sua evolução histórica, abordando aspectos importantes sobre as atualizações legislativas.

Material e Métodos

Para este estudo foi utilizado análise e levantamento de diversos materiais, legislações, doutrinas, jurisprudência, exame detalhado do texto do PL 4152/2024, comparação entre a legislação existente e as novas medidas propostas pelo PL 4152/2024 para entender como foi a evolução da lei de maus-tratos e crimes contra animais domésticos e análise aprofundada do caso do cão Joca, contextualizando sobre o transporte aéreo de animais e a necessidade de regulamentação.

Resultados e Discussão

A maioria dos animais, sofrerem agressões e muitas das vezes resultam em morte, então houve necessidade de criação de leis mais severas.
O decreto 24.645/1934, diz sobre conservar animais embarcados, fazer o animal viajar longas distâncias sem lhe dar descanso.

O decreto 3.688/1941 de Contravenções Penais, diz sobre a crueldade contra animais e traz pena de prisão e detenção e/ou multa para quem maltratar animais.
A lei nº 9.605/1998 de Crimes Ambientais define condutas criminosas, penas, infrações administrativas
A lei nº 14.064/2020, onde foram aumentadas as penalidades quando se tratar de cão ou gato, de 2 a 5 anos de detenção, multa e proibição de guarda.
Joca viajou de avião de Guarulhos para Sinop, e a companhia aérea extraviou o animal que veio a falecer, em um trajeto de 8 horas. Foi criado um projeto de lei o n° 4152/2024, que prevê a adoção de várias medidas para que casos como esse não ocorram novamente, já que a legislação vigente não aborda o transporte aéreo de pets.

Conclusão

A análise revela a crucial importância das atualizações legislativas e as características das leis que envolvem a proteção da causa animal. A evolução das leis, desde 1934 até o recente PL Joca, demonstra um esforço contínuo na legislação às novas realidades e garantir maior segurança jurídica. O caso Joca mostrou a necessidade de regulamentação específica para o transporte aéreo de animais, impulsionando a criação de novas normas que visam coibir negligências e assegurar o bem-estar dos pets.

Referências

Disponível em: "Lei Joca", a proposta em discussão na Câmara dos Deputados
Fonte: Agência Câmara de Notícias <https://www.camara.leg.br/noticias/1133186-projeto-regulamenta-transporte-aereo-de-animais-domesticos-no-brasil/>. Acesso em: 13 março. 2025.
Disponível em: Projeto de Lei n° 4152, de 2024 < Projeto de Lei Nº 4152/2024 - Matérias Bicamerais - Congresso Nacional > Acesso em: 13 março. 2025.
Disponível em: Criada comissão que analisará contribuições da sociedade para aprimorar transporte aéreo de pets <https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2024/criada-comissao-que-analisara-contribuicoes-da-sociedade-para-aprimorar-transporte-aereo-de-pets> Acesso em: 13 março. 2025.
Disponível em: Como a nova Lei Joca impacta o transporte de animais no Brasil? <https://consumidormoderno.com.br/lei-joca-sancionada/> Acesso em: 13 março. 2025.